PAUTA
Reunião de Aposentados do SINESP
11/5/2026

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Reuniões de Filiados Aposentados do SINESP
11/Maio/2026

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

A. Campanha salarial 2026: A LUTA É DE TODA A CATEGORIA

As políticas implementadas pelo prefeito Ricardo Nunes para a Educação Municipal atingem não apenas os trabalhadores da ativa, mas também os aposentados. O projeto em curso representa um ataque direto ao serviço público e à valorização da educação pública municipal.

O avanço da privatização das escolas é cada vez mais evidente. Na Educação Infantil, mais da metade das unidades já integra a chamada "rede parceira", transferindo recursos públicos para a iniciativa privada. Agora, o governo amplia esse processo para o Ensino Fundamental, aumentando as contratações precárias e avançando em seu objetivo de privatizar a gestão escolar e o funcionamento das novas unidades educacionais.

Caso essa política privatista não seja barrada, as consequências serão profundas. A redução do número de servidores concursados enfraquece o financiamento do IPREM, comprometendo a sustentabilidade do instituto e colocando em risco o pagamento das aposentadorias e pensões futuras.

Diante desse cenário, **a greve da categoria teve início em 28 de abril como resposta à proposta insuficiente apresentada pelo governo: reajuste de apenas 3,51%, dividido em duas parcelas**, além da ausência de respostas concretas às reivindicações apresentadas pela Coeduc – SINESP, Sinpeem e Sedin durante a Campanha Salarial. Esse reajuste baixo prejudica todos e não valoriza quem dedicou sua vida ao serviço público.

Após oito dias de greve, o governo encaminhou à Câmara Municipal o PL 354/26, mantendo o mesmo conteúdo da proposta inicial. O projeto ignora as principais reivindicações da categoria, entre elas:

- valorização salarial para ativos e aposentados;
- realização de concursos públicos para todos os cargos;
- fim das terceirizações e privatizações na Educação;
- fim do confisco previdenciário.

Além disso, **o projeto traz medidas que atacam diretamente a estrutura do funcionalismo municipal**: fragiliza os concursos públicos, prejudica os trabalhadores readaptados, amplia a contratação precária e altera o cargo de Professor de Educação Infantil, o que pode enfraquecer os CEIs diretos e ampliar ainda mais o número de unidades terceirizadas.

Como se não bastasse, o governo voltou a judicializar a greve, repetindo a prática do ano anterior. Obteve liminar exigindo a manutenção de 70% dos trabalhadores em atividade, sob ameaça de multa aos sindicatos. Mais uma vez, demonstra sua postura antidemocrática e antissindical: se recusa a negociar efetivamente, recorre ao Judiciário e utiliza sua base governista na Câmara para tentar aprovar o projeto sem diálogo com a categoria.

Essas ações comprovam a decisão política do governo Ricardo Nunes de aprofundar a desvalorização dos trabalhadores da educação, o abandono das escolas públicas e o sucateamento da rede municipal, favorecendo um projeto de privatização da Educação de São Paulo.

Por isso, fortalecer a mobilização para impedir a aprovação do PL 354/26 é uma tarefa de toda a categoria — inclusive dos aposentados. Muitos já estão presentes nas manifestações, nas atividades de mobilização nas escolas e no diálogo com a comunidade. No entanto, é fundamental ampliar essa participação.

A unidade entre trabalhadores da ativa e aposentados é essencial para defender a educação pública, os direitos da categoria e o futuro do serviço público municipal. É hora de fortalecer a mobilização, ampliar a participação nas ações da campanha salarial e construir uma grande resistência contra os ataques à Educação e aos direitos dos trabalhadores da cidade de São Paulo.



B. SINESP luta contra o confisco previdenciário de 14% dos aposentados e em defesa do IPREM com participação nos Conselhos Deliberativo e Fiscal

O SINESP segue acompanhando de forma permanente os rumos da previdência dos servidores municipais e denunciando os impactos por reformas que atacaram direitos históricos do funcionalismo e ampliaram a insegurança previdenciária de aposentados, pensionistas e servidores da ativa. Entre os principais reflexos das mudanças estão o aumento das contribuições, as alterações nas regras de aposentadoria e a manutenção do confisco de 14% sobre aposentadorias e pensões — medida injusta e cruel com trabalhadores que já contribuíram durante toda a vida funcional.

Importante lembrar que os servidores que se aposentaram com integralidade e paridade precisam lutar juntamente com os ativos por reajustes que sejam adequados e incorporação de abonos, porque também são beneficiados com essas incorporações. Além disso, o reajuste proposto pela PMSP garante aos aposentados um reajuste menor do que o concedido pelo INSS, o que acentua a perda de poder de compra das aposentadorias e a diminuição de renda. É fundamental aos aposentados se somarem aos ativos nesta luta por um reajuste melhor.

O SINESP tem denunciado os impactos dessas mudanças sobre os profissionais da educação e organizado mobilizações, debates, ações jurídicas e pressão política contra os ataques à aposentadoria dos servidores municipais. A atuação do sindicato sempre esteve voltada à defesa de uma aposentadoria digna, ao combate ao confisco salarial dos aposentados e pensionistas e à preservação dos direitos históricos construídos pela categoria ao longo de décadas de luta.

Diante desse cenário, o SINESP reforça que a defesa do IPREM passa diretamente pela fiscalização rigorosa dos recursos previdenciários e pela participação efetiva dos representantes eleitos pelos servidores nos espaços de decisão do Instituto. O Conselho Deliberativo do IPREM, atualmente composto de forma paritária entre representantes do governo e do funcionalismo, possui papel estratégico no acompanhamento das contas, dos investimentos, das metas de gestão e das decisões que impactam a previdência municipal.

Na atual composição do Conselho Deliberativo para o mandato 2025-2028, o SINESP destaca a participação de filiados e dirigentes comprometidos com a defesa da categoria: Letícia Grisólio Dias, Conselho Deliberativo Titular, Segmento Educação; Paulo Silvio Ferreira, Conselho Fiscal Titular, Segmento Educação; Rosana Capputi Borges, Conselho Deliberativo Titular, Segmento Aposentados e Dalva de Oliveira Limite, Conselho Fiscal Titular, Segmento Aposentados. A atuação desses representantes tem sido fundamental para fortalecer o controle social sobre os recursos do IPREM e garantir que aposentados e servidores tenham voz ativa diante das tentativas de retirada de direitos.

Para o SINESP, a presença de representantes da categoria no Conselho Deliberativo é essencial para fiscalizar a gestão de bilhões de reais destinados ao Funprev e ao Funfin, acompanhar os dados atuariais apresentados pela Prefeitura e cobrar transparência nas decisões do Instituto. Em um contexto marcado por políticas de ajuste fiscal e constantes ataques ao funcionalismo, o trabalho dos conselheiros eleitos torna-se ainda mais importante para impedir retrocessos, denunciar medidas prejudiciais aos aposentados e defender uma previdência pública, solidária e sustentável.

O SINESP reafirma que a luta contra os ataques do Sampaprev, pelo fim imediato do confisco dos 14% e pela valorização dos aposentados exige mobilização permanente da categoria. A defesa do IPREM é uma luta coletiva e passa, necessariamente, pelo fortalecimento da representação dos servidores nos conselhos do Instituto, pela participação ativa dos trabalhadores e pela unidade do funcionalismo em defesa dos direitos históricos conquistados com muita luta.

C. Confisco previdenciário: mobilização pede apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006

O SINESP segue mobilizado em Brasília pelo fim do confisco previdenciário imposto aos servidores públicos aposentados e pensionistas. Uma das principais frentes de atuação é a defesa do apensamento da PEC 6/2024 — conhecida como PEC Social, de autoria do deputado federal Cleber Verde — à PEC 555/2006.

As duas propostas preveem a retirada da contribuição previdenciária sobre servidores aposentados e pensionistas, com a diferença de que a PEC 555/2006 propõe o fim imediato da cobrança, enquanto a PEC 6/2024 propõe a redução

gradual da contribuição.

A solicitação de apensamento considera que a PEC 555 já foi aprovada em todas as comissões da Câmara dos Deputados e está apta a ser analisada e votada em plenário. Até o momento, já foram apresentados 315 requerimentos com o mesmo objetivo, demonstrando a crescente pressão parlamentar e social em torno do tema.

A decisão sobre o apensamento cabe ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta. Até agora, entretanto, a presidência da Casa não sinalizou disposição para levar a proposta à votação, o que reforça a necessidade de ampliar a mobilização e a pressão sobre os parlamentares em defesa dos aposentados e pensionistas do serviço público.

Para o SINESP, a luta pelo fim do confisco previdenciário representa uma questão de justiça social. A manutenção da contribuição sobre aposentadorias e pensões tem provocado perdas significativas na renda dos servidores inativos, afetando diretamente sua qualidade de vida após décadas de dedicação ao serviço público.

Julgamento das ADIs no STF mantém expectativa da categoria

Além da articulação no Congresso Nacional, o debate sobre o confisco previdenciário também segue no Supremo Tribunal Federal. Nove ministros da Corte já apresentaram votos favoráveis às 13 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que questionam pontos da Reforma da Previdência - Emenda Constitucional 103/2019 - responsável por autorizar a cobrança extraordinária sobre aposentados e pensionistas.

O julgamento, no entanto, foi temporariamente suspenso após pedido de vista do ministro Gilmar Mendes. Com o Ministro Edson Fachin na presidência da Corte, a expectativa das entidades representativas dos servidores públicos é de que a análise seja retomada com avanço no julgamento das ações e uma possível derrubada do confisco previdenciário.

Diante desse cenário, o SINESP reforça a importância da mobilização permanente dos servidores ativos e aposentados. Para a entidade, somente a pressão organizada da categoria poderá garantir avanços concretos na defesa da previdência pública e na luta pelo fim da cobrança de 14% sobre aposentadorias e pensões.

D. Luta contra a Reforma Administrativa: SINESP amplia mobilização em defesa do serviço público

O SINESP segue intensificando a mobilização contra o avanço da PEC 32/2020, conhecida como Reforma Administrativa. Nas últimas semanas, dirigentes da entidade ampliaram a atuação em Brasília, realizando articulações no Congresso Nacional e dialogando diretamente com parlamentares nos corredores da Câmara dos Deputados e em espaços de circulação política da capital federal.

O principal objetivo é barrar propostas que representam um grave ataque ao serviço público e aos direitos dos servidores. O projeto defendido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, retoma discussões sobre mudanças estruturais na administração pública sob o argumento de modernização e ajuste fiscal.

Para o SINESP, a Reforma Administrativa abre caminho para a privatização de serviços essenciais, fragiliza o papel do Estado e amplia possibilidades de indicações políticas e contratações precárias em áreas fundamentais como Educação, Saúde e Assistência Social.

Entre os pontos mais preocupantes está o enfraquecimento da estabilidade dos futuros servidores públicos. O sindicato reforça que a estabilidade não constitui privilégio, mas sim uma garantia constitucional indispensável para proteger os servidores de perseguições políticas e assegurar autonomia técnica, continuidade administrativa e atendimento impessoal à população.

O cenário ganhou novos contornos após a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 2135, que autorizou a adoção de diferentes regimes jurídicos de contratação no serviço público. Na avaliação do SINESP, essa mudança amplia o risco de precarização das relações de trabalho, ao facilitar contratos temporários, vínculos fragilizados e cargos de liderança preenchidos sem concurso público.

Embora o discurso oficial afirme que os atuais servidores não seriam atingidos, diversas propostas em debate podem afetar toda a estrutura do funcionalismo. Entre elas estão a criação de tabelas únicas de remuneração, mecanismos de avaliação de desempenho com caráter punitivo, limitação do direito de greve e modelos de bonificação por produtividade que, segundo o sindicato, descaracterizam a natureza do serviço público.

Outro ponto destacado é o impacto político da divisão entre servidores antigos e novos. Essa fragmentação enfraquece gradualmente a capacidade de mobilização coletiva, reduz o poder de pressão sindical e ameaça a manutenção de direitos históricos conquistados pelo funcionalismo ao

longo das últimas décadas.

Diante desse cenário, o sindicato reforça a necessidade de mobilização permanente da categoria. O SINESP convoca seus filiados a acompanharem as discussões sobre a Reforma Administrativa, pressionarem parlamentares em suas bases eleitorais e participarem das atividades organizadas pelas entidades em defesa do serviço público.

Use o QR-Code para ler sobre a luta do SINESP contra a reforma administrativa

O debate sobre a PEC 32 ultrapassa os interesses corporativos e envolve diretamente a qualidade dos serviços prestados à população. A defesa do serviço público significa também defender escolas, hospitais, equipamentos sociais e políticas públicas capazes de garantir direitos e reduzir desigualdades sociais.

O SINESP reafirma que continuará atuando junto a parlamentares, entidades sindicais e movimentos sociais para impedir retrocessos e defender um Estado comprometido com o interesse público e com a valorização dos servidores.

Participe da consulta popular no site da Câmara e compartilhe

E. Fala dos filiados aposentados

Conecte-se ao SINESP:

(11) 3116-8400

www.sinesp.org.br

instagram.com/sinespsp

facebook.com/sinespsp

youtube.com/c/sinespsp1

Canal do SINESP no WhasApp

SIGA O CANAL E RECEBA MENSAGENS COM ATUALIZAÇÕES DIÁRIAS

O SINESP passou a utilizar o canal do WhatsApp para fazer os envios diários de informações à categoria: notícias, boletins, resumo diário do DOC, atualizações das lutas e ações, etc.

Para ficar por dentro de todas as informações enviadas pelo SINESP é necessário que o filiado siga o canal do sindicato no WhatsApp e clique no sininho para receber notificações sempre que o SINESP fizer qualquer atualização.

Veja como fazer para seguir o Canal do SINESP:

Use o link ou o QR Code ao lado para acessar o Canal do SINESP. Clique em SEGUIR e marque o sininho para receber notificações das publicações do SINESP.

https://whatsapp.com/channel/0029VaDZ0tTEwEjvw9myzH1g